

Mais um afilhado de Jorge Paulo Lemann, trabalhando para a privatização da Eletrobras a preço de banana e contra os interesses da sociedade brasileira.

O engenheiro Diogo Mac Cord, atual secretário de Desestatização do Ministério da Economia de Jorge Paulo Guedes, em entrevista à Revista Veja (04/12), demonstrou completo desconhecimento sobre as empresas estatais brasileiras.

Na entrevista, falando sobre a Eletrobras, Mac Cord afirmou que: (i) a empresa foi impedida de participar de leilões; (ii) foi responsável do um blecaute; (iii) foi condenada por práticas predatórias e, ainda (iv) envolvida em escândalo de corrupção. Tais afirmações, rasas e sem consistência, descredencia o secretário como gestor comprometido com a coisa pública e os interesses da sociedade. A mentira, que dá a tônica do governo Bolsonaro e da atual gestão da Eletrobras, passou de irresponsabilidade e alcançou o nível do crime de responsabilidade, pois as mentiras ditas por uma autoridade pública em prejuízo da Eletrobras e seus stakeholders, causam consequências em toda a economia popular.

Antes de falarmos sobre quem é Diogo Mac Cord e os interesses que ele representa no governo federal, temos que fazer alguns esclarecimentos: (i) a Eletrobras é o agente que mais contribui para a modicidade tarifária, com grande volume de energia cotizada, lembrando que modicidade significa preço justo ao consumidor; (ii) desde 2016, quando Wilson Pinto Júnior assumiu a presidência da Eletrobras, com as bênçãos de Paulo Jorge Lemann e seu Grupo 3G Radar, a tônica do discurso governamental tem sido sempre a mentira.

Pelas medidas adotadas pelo presidente da Eletrobras, a empresa vem sendo rebaixada, seu patrimônio dilapidado, impedida de fazer investimentos e de participar de leilões da Aneel, para criar argumentos para sua privatização; (iii) a Eletrobras nunca cometeu práticas predatórias, pelo

contrário, sempre esteve na vanguarda dos empreendimentos estruturantes do setor elétrico, seja sozinha ou em parcerias com a iniciativa privada, através das Sociedades de Propósito Específico, as SPE's; (iv) apesar das dificuldades e da gestão atual voltada para sua destruição, o DNA da Eletrobras está na maioria dos grandes investimentos do setor nas últimas décadas, inclusive está ajudando na solução do apagão do Amapá de responsabilidade de uma empresa privada de fundos de investimentos, pelo que acusar a Eletrobras de responsável por um apagão é um ato leviano, covarde e criminoso; (v) a Eletrobras nunca esteve envolvida em corrupção, se houve malfeitos, estes foram praticados por dirigentes, que devem ser identificados e punidos; (vi) e a tentativa de vender a Eletrobras por preço vil, que representará aumento significativo nas contas de energia dos consumidores, para atender aos interesses dos grandes acionistas minoritários liderados pelo Grupo 3G Radar, representa crime lesa-pátria e corrupção.

Feitos os esclarecimentos e para que os leitores façam suas análises e tirem suas conclusões, nos causou espécie saber que o Secretário de Desestatização do Ministério de Economia, possui ligações estreitas com o grupo de Jorge Paulo Lemann.

Chegou ao nosso conhecimento, que no período de 2016 e 2017, o senhor Diogo Mac Cord foi estudar nos Estados Unidos e fazer um mestrado na famosa, centenária (e cara) Universidade de Harvard, como bolsista patrocinado pela Fundação Lemann. Isto mesmo, a fundação do filantropo Jorge Paulo Lemann, o homem mais interessado na privatização da Eletrobras.

Mas o Sr. Diogo Mac Cord, não está sozinho nesta empreitada, o time é grande e bem articulado. Vejamos quem são os atores recrutados para a missão de trabalhar em prol da destruição e privatização da Eletrobras a preço de banana, conseguir a descotização de sua energia e aumentar significativamente os preços das contas pagas pelos consumidores:

1. Wilson Pinto Ferreira Júnior - presidente da Eletrobras, esse é o mais graduado da turma, está na missão desde junho de 2016, é o pai do enganoso "Projeto de Capitalização", nome bonito para enganar a sociedade. O objetivo principal do grupo é fazer uma privatização controlada, que visa assegurar os interesses dos grandes acionistas minoritários na obtenção do controle da empresa e de quebra ganhar a descotização da energia e lucros estratosféricos, um verdadeiro negócio da China. Esse projeto foi feito sob medida para o grupo 3G Radar e Cia. Uma verdadeira vergonha!

Ressalta-se que a malfadada capitalização é, de fato, um modelo que direciona o controle da Eletrobras para um seleto grupo de grandes acionistas minoritários, liderados pela 3G Radar, que já mandam e desmandam na Eletrobras, pois indicaram, direta ou indiretamente (pela cooptação das autoridades governamentais dos ministérios da Economia e de Minas e Energia, entre outros), a maioria dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Então, este modelo fere frontalmente a legislação e a Constituição, pois (i) frustra a concorrência pela aquisição do controle da Eletrobras, retirando que grupos preparados técnica e financeiramente assumam a Eletrobras, caso o modelo adotado seja outro. Tanto é verdade que os privatistas de plantão não aceitam nem conversar sobre outros modelos, mais vantajosos para o Governo e a Sociedade; e (ii) onera as sociedades civil e empresarial do país que terão arcar com tarifas elevadas de energia elétrica.

2. José Guimarães Monfort - presidente do Conselho de Administração da Eletrobras. Colocado estrategicamente na principal cadeira do

board pelos grandes acionistas minoritários com a missão de trabalhar pela privatização da empresa, ou seja, literalmente, o "**lobo tomando conta do galinheiro**". Essa cadeira sempre foi ocupada por alguém indicado pelo acionista majoritário - a União.

3. Almirante Bento Albuquerque – Ministro de Minas e Energia, um equivocado que tenta tampar o sol com uma peneira, fingindo-se acreditar que a venda da Eletrobras trará benefícios para a sociedade brasileira. Infelizmente, não aprendeu nem com o apagão do Amapá. Para Bento, que se coloca como marinheiro de primeira viagem e inocente útil (que de inocente pode não ter nada), o apagão não tem nada a ver com a empresa privada e nem com a Aneel e ONS, só falta atribuir culpa à sociedade amapaense! Todos sabem que ele tenta proteger o projeto irresponsável de privatização da Eletrobras feito milimetricamente para atender interesses inconfessáveis.

4. Marisete Fátima Dadald Pereira - Secretária Executiva do MME. Antiga servidora do MME e Ex-Eletrosul, que chegou ao MME com os governos progressistas do presidente Lula e Dilma, foi cooptada e mudou de lado e, agora, abdicou de fazer contas corretas para aderir cegamente ao projeto de destruição e privatização da Eletrobras. Para ela é normal vender a maior empresa de energia elétrica da América Latina por míseros 14 ou 16 bilhões de reais, cerca de 30% do que custou a UHE Belo Monte. Para ela é perfeitamente aceitável acabar com cotização e fazer os consumidores pagarem novamente por ativos já amortizados e garantir maiores lucros a um grupo de privilegiados com a nefasta privatização. Infelizmente, a senhora Marisete jogou seu currículo no lixo!

5. Elvira Cavalcanti Presta - Diretora Financeira e de Relacionamento com os Investidores da Eletrobras. Essa também está na categoria de "**lobo tomando conta do galinheiro**", pois foi indicada para o cargo pelo

Grupo 3G Radar. Uma aberração, conflito de interesse escancarado!

6. Camila Gualda Sampaio de Araujo - Diretora de Conformidade da Eletrobras, substituiu a ex-diretora Lúcia Casasanta (turma da indústria do Compliance), ambas ex-Deloitte e Arthur Anderson - aquela consultoria do escândalo da ENRON, lembrando que a atual Deloitte passou por acordo recente com a CVM de erros e omissões em trabalho de Auditoria Independente. Mais um conflito de interesse escancarado, já que a Deloitte é detentora de contratos milionários com a Eletrobras.

Por falar em ENRON, nunca é demais lembrar o que aconteceu com aquela grande Corporation de Energia Americana:

A **Enron Corporation** foi uma companhia de energia americana, localizada em Houston, Texas. Empregava cerca de 21.000 pessoas, tendo sido uma das empresas líderes no mundo em distribuição de energia (eletricidade, gás natural) e comunicações. Seu faturamento atingia 101 bilhões de dólares em 2000, pouco antes do escândalo financeiro que ocasionou sua falência.

Alvo de diversas denúncias de fraudes contábeis e fiscais e com uma dívida de 13 bilhões de dólares, a ENRON pediu concordata em dezembro de 2001 e arrastou consigo a Arthur Andersen (atual Deloitte), que fazia a sua auditoria. Na época, as investigações revelaram que a ENRON havia manipulado seus balanços, com a ajuda de empresas e bancos, e escondera dívidas de 25 bilhões de dólares por dois anos consecutivos, tendo inflado artificialmente os seus lucros.

O esquema da Enron era sofisticado. Primeiro desistiram de ter ativos físicos. Seus ativos eram contratos de compra e venda de energia. Especulação pura (tal qual querem fazer com o Brasil). Ocorre que com a crise energética vivida pelos Estados Unidos há época, os fornecedores de energia preferiram pagar as multas à Enron e vender a energia diretamente no mercado e a Enron ficou sem a energia para entregar aos

consumidores. A Enron optou, então, por manipular os dados e postergar sua falência, com a ajuda e o conflito de interesses da famosa auditora independente Arthur Andersen. Agora, o conflito de interesses impera novamente entre a Deloitte e a Eletrobras.

Infelizmente, a gestão da Eletrobras foi capturada pelos grandes acionistas minoritários privados, que buscam transformar a empresa numa espécie de Corporação controlada por fundos sugadores da poupança popular, com aqueles que controlam a LMTE dona da subestação do apagão no Amapá – o negócio deles não é garantir serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o negócio deles é ganhar muito dinheiro, independente da qualidade do serviço prestado.

Lamentavelmente, o MME, que sempre foi uma pasta técnica e cuidadosa do setor, está pactuando com o discurso mercantilista ecoado a partir da sede da Eletrobras no Rio de Janeiro. Detalhe: durante a crise do apagão, o senhor Wilson Pinto Júnior desapareceu, como avestruz, enfiou a cara num buraco e esperou a crise passar. Fez isso, porque o trágico episódio de Macapá fragiliza o seu discurso “eficiente” das empresas privadas. **Wilson Pinto Junior também é conselheiro do ONS – Operador Nacional do Sistema, logo, detinha informações importantes sobre as condições operacionais da concessionária privada.**

Considerações sobre a fala mentirosa, leviana e covarde do Sr. Mac Cord.

Caberia ao presidente da Eletrobras uma resposta imediata e veemente sobre as mentiras emanadas pelo Sr. Mac Cord, mas dois pontos são cruciais que ele se pronuncie: (i) sobre a culpa da Eletrobras sobre o apagão, pois o Sr. Mac Cord assedia diretamente o Sr. Wilson Pinto Junior por má gestão e incompetência. Ou o Sr. Pinto Junior é muito bom em assediar moralmente os empregados e os gerentes da Eletrobras, mas quando é com ele, bota as barbas de molho e se acovarda? É, Sr. Wilson Pinto Junior, o senhor é mesmo o presidente

da Eletrobras e acusado de ser responsável direto por apagão!

Outro ponto importante é (ii) sobre a alegação do Sr. Mac Cord do envolvimento da Eletrobras em esquema de corrupção, já que se o Sr. Wilson Pinto Junior não se manifesta, a carapuça vai caber na sua cabeça. Senão, vejamos: Recentemente, a Eletrobras passou por forte turbulência ao ser acusada de corrupção, praticada por seus administradores. Entretanto, após longas e exaustivas investigações por parte de autoridades e órgãos de fiscalização e controle, somente foi confirmada problemas na Eletronuclear.

Ademais, uma grande investigação privada foi contratada pela própria Eletrobras, com contrato que custou aproximadamente meio bilhão de reais, acompanhada de perto por comissão de alto nível (coordenada pela ex-ministra do STF Ellen Gracie) e nada mais além do caso da Eletronuclear foi apontado. Que fique claro que os atos lesivos apontados à época, nada tem a ver com os empregados de carreira da Eletronuclear, e uma matéria publicada em 29/03/2019, pela Agencia Brasil, esclarece isso (veja matéria [aqui](#)).

Então, ao falar agora no final de 2020 de corrupção na Eletrobras, só poderia ser de problemas ocorridos de 2016 para cá, ou seja, durante a gestão do Sr. Wilson Pinto Junior, já que para o período anterior à sua chegada à Eletrobras houve investigações e estudos exaustivos e de alta qualidade.

É importante registrar e lembrar ao Sr. Mac Cord e outras autoridades e autoridades, que de acordo com o artigo 321 do Código Penal Brasileiro, a prática de advocacia administrativa é considerada crime, que consiste em *"patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário."* A pena é de detenção, de um a três meses, ou multa; se o interesse envolvido for ilegítimo, a detenção é de três meses a um ano, além da multa.

Finalizando, o Sr. Wilson Pinto Junior sempre falou para os trabalhadores que não é uma pessoa política, sendo assim, solicitamos as devidas providências em defesa da Eletrobras quanto as inverdades da matéria desse senhor Mac Cord, com Comunicado ao Mercado. Os trabalhadores estão aguardando!

A ELETROBRAS É UMA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADA PELA UNIÃO, LOGO, PERTENCE À SOCIEDADE BRASILEIRA, POR ISSO CABE AOS SEUS DIRIGENTES ADMINISTRÁ-LA OBSERVANDO OS **PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE ADMINISTRATIVA, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA**, E AO PODER PÚBLICO FISCALIZAR DESVIOS DE FINALIDADE.

Compartilhe esse informe com os colegas.

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A diretoria, em 7 de dezembro de 2020.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

